

## A representatividade das mulheres nos espaços de estudo e tomada de decisão sobre meio ambiente e mudanças climáticas

### RESUMO

**Thais Cristine Ranzi**  
Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Viamão, Rio Grande do Sul, Brasil  
[thaisc.ranzi@gmail.com](mailto:thaisc.ranzi@gmail.com)

**Marília Bonzanini Bossle**  
Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Viamão, Rio Grande do Sul, Brasil  
[marilia.bossle@viamao.ifrs.edu.br](mailto:marilia.bossle@viamao.ifrs.edu.br)

Mulheres estão entre os grupos mais afetados pelas mudanças climáticas e têm pouca participação em espaços de estudo e decisão, resultando em menor representatividade de seus interesses em políticas específicas. Buscamos abordar a situação das mulheres diante dos impactos causados pela crise climática e entender como o recorte de gênero influencia as decisões em relação ao clima e meio ambiente nos espaços de poder. Os métodos foram revisão da literatura, coleta e organização de dados secundários e entrevistas com mulheres em cargos de poder. Concluiu-se que a participação feminina é baixa nas instituições da agenda climática, mas com algumas projeções positivas. Verificou-se que mulheres tendem a contribuir para o debate da crise climática, apesar dos obstáculos estruturais. A participação feminina na ciência, meio ambiente e tecnologia é essencial para representar interesses de populações vulneráveis, garantindo soluções de adaptação e mitigação climática justas e eficazes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mudanças climáticas. Diversidade de gênero. Meio ambiente. Liderança feminina. Políticas ambientais

## INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O clima no planeta está se transformando devido à ação antrópica. Desde meados do século XX, há indícios de um aumento gradual da temperatura média da Terra causado, especialmente, por emissões de gases de efeito estufa. As primeiras descobertas acerca desse fenômeno datam dos anos 1950. Cientistas da época já sugeriam que o aquecimento observado poderia se tornar um sério problema para as futuras gerações (WEART, 2008). De fato, nos últimos anos, tornou-se evidente a existência de impactos ambientais e sociais oriundos das alterações no clima, que crescem de forma rápida e projetam sérios riscos para o futuro (IPCC, 2022d).

Enquanto as ações de mitigação visam reduzir as emissões de gases de efeito estufa para evitar futuros impactos, os esforços de adaptação buscam formas de preparar a sociedade para os impactos que são inevitáveis. A abordagem dominante, quando se fala em adaptação e mitigação, ainda é uma abordagem que enfatiza grandes descobertas tecnológicas para lidar com o problema. No entanto, sob o ponto de vista dos aspectos sociais do clima, emergem discussões de temas como desenvolvimento sustentável, justiça climática e direitos humanos (TERRY, 2009).

Segundo Fleury *et al.* (2019), poucos estudos sobre as mudanças climáticas possuem um enfoque sociológico (os autores apontam 3%), já que esse é um tema mais trabalhado pelas ciências naturais. Contudo, estes estudos vêm crescendo, pois com a intensificação de eventos extremos decorrentes do clima, “há um aumento no interesse em identificar os efeitos sociais dos desastres ambientais, bem como a relação de pessoas e comunidades com os riscos deles advindos” (FLEURY *et al.*, 2019 p. 27).

Apesar dos impactos das mudanças climáticas serem globais, a sociedade não é afetada de forma homogênea. Segundo o Sexto Relatório de Avaliação (AR6, na sigla em inglês) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), entre 3,3 e 3,6 bilhões de pessoas vivem atualmente em contextos de alta vulnerabilidade. Mulheres encontram-se entre os grupos sociais cujas perdas observadas são maiores (BEGNINI; BORDINI, 2025), junto de pessoas pobres, crianças, idosos e territórios indígenas (IPCC, 2022d). Adiciona-se a isso o fato de que há uma baixa representatividade feminina dentro de órgãos públicos, setores políticos e grupos de pesquisa que versam sobre as questões climáticas. No mundo todo, as mulheres “continuam sendo minoria nos cargos que envolvem tomadas de decisão. [...] Como resultado, seus interesses específicos são excluídos das decisões administrativas” (UN-HABITAT, 2008 p. 48).

Estudos propõem conexões profundas entre gênero e sustentabilidade, seja por questões intrínsecas a aspectos da socialização das mulheres, seja pelos movimentos feministas e ambientalistas compartilharem propósitos em comum. Ávila e Ribeiro (2017) avaliam que, por desejarem romper com um mesmo sistema predatório de dominação e acumulação, “os movimentos ambientalistas e feministas têm os mesmos objetivos, por isso devem caminhar juntos em busca de um sistema igualitário e não hierárquico” (ÁVILA; RIBEIRO, 2017 p. 06).

Algumas análises percebem uma relação de maior afeição das mulheres com o meio ambiente e os recursos naturais (IPCC, 2022c). Pesquisas indicam que, em comparação com homens, mulheres à frente de organizações privadas possuem maior compromisso ambiental e inclinação a apoiar práticas sustentáveis, mesmo quando estejam atreladas a maiores custos (HUNTER *et al.*, 2004; ZAHRAN *et al.*, 2006, *apud* GLASS *et al.*, 2016). Na política, mulheres também são mais propensas

a apoiar legislações ambientais (MOHAJ; KERSHNER, 2002, *apud* GLASS *et al.*, 2016). Entende-se que esse traço de personalidade está atrelado à socialização, uma vez que homens são incentivados a serem mais individualistas, enquanto mulheres aprendem a ser mais altruístas, preocupando-se com os problemas que atingem os entes a sua volta (GLASS *et al.*, 2016).

Apesar da inclinação a abraçar a causa ambiental, as mulheres ainda são minoria nos espaços de tomada de decisão sobre o clima. Em grupos institucionais da agenda climática brasileira, elas aparecem em menor número e geralmente fora dos papéis de liderança (GALBIATI; CAMPOS, 2021). Por isso, falar sobre desigualdade de gênero e mudanças climáticas torna-se uma discussão necessária. Se os aspectos sociais são indispensáveis para se debater as mudanças no clima (TERRY, 2009), pautar a situação das mulheres e as desigualdades de gênero perante o problema é uma forma de avançar no debate, o que justifica a relevância desta pesquisa. A sub-representação feminina em áreas de tecnologia, como apontado por Koehler e Zancanaro (2025) e Vega e Casagrande (2022), reforça a necessidade de programas transversais e articulados entre múltiplas instituições, conforme defende Pereira (2024), para superar o "teto de vidro" e promover a inclusão de gênero na ciência.

## PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

O presente trabalho visa abordar a relação entre tecnologia e gênero no contexto das mudanças climáticas, examinando a situação das mulheres diante do fenômeno e sua participação em cargos de decisão sobre o clima, para contribuir com a promoção de um desenvolvimento harmônico e sustentável na sociedade. Com isso, levanta-se o seguinte problema: **como o recorte de gênero influencia as decisões em relação aos impactos das mudanças climáticas?**

Como objetivos de pesquisa, pretende-se:

1. Compreender como e porque as mulheres de populações vulneráveis sentem mais os impactos das mudanças climáticas.
2. Levantar dados sobre a participação de mulheres em espaços de estudo e tomada de decisão sobre o clima, investigando a relação entre a presença feminina nesses espaços e sua influência sobre a pauta ambiental climática.
3. Coletar experiências femininas na liderança dentro da área ambiental e climática e relaciona-las com os dados levantados na pesquisa.

## METODOLOGIA

Para estruturar a argumentação do presente estudo e responder ao problema de pesquisa e objetivos, a metodologia baseou-se em uma pesquisa qualitativa com coleta e organização de dados secundários, seguido de entrevistas online com representantes de entidades ambientais brasileiras.

A primeira etapa consistiu em uma revisão da literatura, com o intuito de mapear o conhecimento já produzido e dar suporte à fundamentação teórica. Para isso, foram consultadas as bases *Scopus* e *Web of Science*, com buscas dos termos relacionados a gênero e sustentabilidade, selecionando aqueles mais relevantes para a temática das mudanças climáticas. Além disso, a revisão inclui livros e outros trabalhos científicos selecionados nos principais repositórios nacionais e internacionais.

Na segunda etapa, procedeu-se à coleta e análise de dados secundários por meio de pesquisa documental. Foram consultados relatórios, manuais, instrumentos legais, cartilhas e conteúdo de websites, com seleção criteriosa das fontes. Foram utilizados materiais provenientes de organizações geopolíticas, institutos de pesquisa e redes colaborativas, tais como IPCC, setores da Organização das Nações Unidas (ONU), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Observatório do Clima e Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA). Os dados coletados, de caráter quantitativo, foram submetidos a análises estatísticas básicas, com o objetivo de organizar e traduzir as informações em gráficos e tabelas. Esse procedimento buscou oferecer uma visão clara e comparativa da participação feminina em setores estratégicos relacionados às mudanças climáticas, abrangendo as áreas de tecnologia, ciência e política, permitindo assim uma compreensão mais abrangente do panorama da igualdade de gênero nesse contexto, contribuindo para atender ao segundo objetivo de pesquisa.

Na terceira etapa, buscou-se aprofundar a compreensão sobre a representatividade feminina por meio da realização de entrevistas com gestoras de entidades estaduais de meio ambiente. Foram mapeadas 47 secretarias estaduais de meio ambiente no Brasil, das quais 14 eram dirigidas por mulheres. Todas foram contatadas formalmente por e-mail, e quatro aceitaram participar, representando as regiões Sul (1), Sudeste (1) e Nordeste (2).

As entrevistas foram realizadas de forma remota, via Google Meet, utilizando um roteiro semiestruturado composto por sete perguntas abertas, elaboradas com base na revisão da literatura e na análise prévia dos dados secundários. As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente sistematizadas em uma tabela (Tabela 2), na qual as respostas foram sintetizadas por pergunta e avaliadas conforme a inclinação para a equidade de gênero. Essa etapa atendeu diretamente ao terceiro objetivo da pesquisa, permitindo também relacionar os achados qualitativos às evidências levantadas nas etapas anteriores. A integração entre literatura, dados secundários e entrevistas garantiu uma abordagem metodológica abrangente, capaz de oferecer não apenas um panorama estatístico e documental da igualdade de gênero em setores estratégicos, mas também uma dimensão empírica das experiências de mulheres em cargos de liderança.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### Crise climática: uma crise humanitária

O clima no planeta não é estático. Ao longo da história da Terra, muitas alterações climáticas ocorreram. Marques e Oliveira (2016) salientam que as mudanças climáticas atuais não são derivadas de um processo natural, mas sim antrópico, da mesma forma que apontam Weart (2008) e IPCC (2022d). As primeiras discussões sobre aquecimento global com um enfoque social datam da virada da década de 1980 para 1990, entretanto, foi no início do século XXI que um tom de preocupação foi incorporado ao assunto. Acordos políticos e ações governamentais passaram, então, a abraçar mais a pauta, estabelecendo conferências e tratados para tentar frear o problema socioambiental que se instaurava. (FLEURY *et. al*, 2019).

A crise climática se manifesta como uma crise humanitária, gerando os chamados refugiados climáticos: pessoas forçadas a migrar devido a alterações ambientais que comprometem sua segurança e qualidade de vida. Esse problema é mais evidente em áreas já vulneráveis, com acesso precário a saneamento e moradia, afetando as mulheres de forma mais severa (MARQUES; OLIVEIRA, 2016; BEGNINI; BORDINI, 2025). A realidade de migrações forçadas é uma das consequências das mudanças climáticas, conforme apontado pelo IPCC (2022c). Nesse contexto, mulheres são especialmente suscetíveis a perder sua autonomia e liberdade. Outro fator que intensifica essa crise é a insegurança alimentar, causada por fenômenos climáticos extremos, como secas e inundações. A perda na produção de alimentos resultou no aumento da desnutrição, principalmente na África, Ásia e Américas Central e do Sul, onde mulheres e crianças se mostram as mais afetadas pela situação (IPCC, 2022d).

### Mulheres e a insegurança no contexto da crise climática

Ávila e Ribeiro (2017) explicam que as consequências do período pós-guerra, a degradação do meio ambiente pela crescente industrialização e a opressão de movimentos sociais como feministas, *hippies* e estudantes, são fatores que tensionaram o debate sobre desenvolvimento econômico *versus* preservação ambiental. Esse contexto fomentou a organização da primeira grande conferência internacional com temática ecológica: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972 em Estocolmo, Suécia. Na ocasião, se determinou que mulheres, indígenas e crianças seriam considerados grupos mais vulneráveis aos impactos ambientais. A partir de então, programas de desenvolvimento passaram a trazer um olhar diferenciado para a questão de gênero.

Foi também nos anos 1980 que, segundo Kuhnén (2017), os estudos ecofeministas ganharam força, propondo uma abordagem que reconhece uma intersecção entre a opressão vivida pelas mulheres e a exploração desenfreada dos ecossistemas, dominados pela mesma estrutura patriarcal. A autora dialoga que a forma intervencionista pela qual a relação entre humanos e natureza é mantida resulta de “uma ordenação masculina de mundo” (KUHNEN, 2017, p. 74). Por esta razão, colocar as mulheres em evidência na pauta climática é importante não apenas para a construção de uma agenda climática mais equitativa, mas também para o desenvolvimento de estratégias que rompam com estruturas sociais opressoras.

Em 1992 ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92. “Essa conferência produziu uma agenda para o século XXI, conhecida como Agenda 21 e a concretização da relação gênero, mulheres, feminismos e meio ambiente” (ÁVILA; RIBEIRO, 2017 p. 05). Mais recentemente, outros acordos acenderam luz à problemática das vulnerabilidades sociais relacionadas às alterações no clima, reconhecendo sua relação com a pauta de gênero, tais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Marco de Sendai para Redução de Riscos e Desastres, ambos criados em 2015. O Marco de Sendai afirma que, num mundo com maior probabilidade de desastres ambientais, empoderar mulheres para liderar e promover respostas aos desastres é um elemento chave na redução de riscos, inclusive para tornar nações e comunidades mais resilientes (UNISDR, 2015). Já o Acordo de Paris, tratado internacional de maior relevância atualmente sobre o

clima, ratificado pelo Brasil em 2017, menciona que a igualdade de gênero é necessária nas medidas de adaptação dos países e reconhece como sendo importante o empoderamento das mulheres para enfrentar as mudanças climáticas (BRASIL, 2017).

Apesar de se reconhecer a necessidade de inclusão de gênero e empoderamento feminino nas ações de mitigação e adaptação ao clima, as mulheres ainda se encontram em situação de maior risco e possuem menos voz nos espaços de tomada de decisão e na ciência do clima. Por estarem à margem das escolhas políticas e econômicas, mulheres estão mais expostas aos efeitos adversos das mudanças climáticas (UNDP, 2016). Às mulheres, atribui-se o cuidado diário com a família e o espaço doméstico e, para muitas delas, o manejo e uso dos recursos naturais é o que garante a subsistência de filhos e outros dependentes. No entanto, apesar de fundamental, esta ocupação se configura como uma atividade não remunerada, o que deixa estas mulheres com menor acesso a trabalhos assalariados e, conseqüentemente, menores possibilidades de obter autonomia financeira (MENDONÇA *et al.*, 2021). No Brasil, na zona rural, vivem mais de 14 milhões de mulheres, segundo o último censo populacional. A maioria delas exercem atividades consideradas não remuneradas, para próprio consumo ou próprio uso (BRASIL, 2019).

O Brasil é um país onde a posse da terra se concentra na mão de poucos. Segundo Pinto *et al.* (2020), 25% do território agrícola brasileiro pertence a apenas 0,3% dos imóveis rurais. É a maior desigualdade de distribuição de terra entre nações líderes do agronegócio. Dados do IBGE mostram que essa desigualdade também atravessa a categoria de gênero. Dos mais de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários registrados no país, 4,1 milhões são dirigidos por homens e pouco mais de 940 mil unidades são dirigidas por mulheres. Destas, 769 mil participam da agricultura familiar (IBGE, 2017).

Se a relação entre mulheres e meio ambiente está fortemente ligada ao manejo dos recursos naturais, é alarmante que poucas detenham a garantia de acesso à terra, devido ao fato da posse destes territórios estar na mão de uma maioria masculina. Isso é um dos fatores que amplifica a vulnerabilidade das mulheres, especialmente no campo, já que em momentos de crise elas possuem um leque de opções menor para arcar com eventuais riscos. Para Terry (2009), a maior vulnerabilidade das mulheres em comparação com homens está ligada ao seu acesso mais limitado a recursos, o que resulta em maior pobreza. Além disso, a divisão do trabalho e a hierarquia de tomada de decisões dentro do lar ou da própria comunidade são normas culturais que reiteram o problema.

É crucial, porém, entender que as mulheres não atuam de forma passiva diante das injustiças que enfrentam. O ativismo feminista durante a Conferência de Bali de 2007 é responsável pelo emblemático slogan “*no climate justice without gender justice*” (TERRY, 2009, p. 15), que significa: não há justiça climática sem justiça de gênero (tradução livre). Movimentos de mulheres do campo “têm encabeçado a mobilização por alternativas ao desenvolvimento agrocapitalista, trazendo à tona pautas feministas em espaços importantes de negociação de políticas públicas e de diálogo com a sociedade” (HOLANDA, 2020 p. 286). Para Federici (2019), a segurança alimentar das pessoas está intimamente ligada ao trabalho realizado na terra, sendo a defesa destes territórios, especialmente em regiões atravessadas pela colonização, como América Latina, África e Ásia, extremamente importante para construir uma sociedade que não “represente uma ameaça à continuação da vida no planeta” (FEDERICI, 2019 p. 279).

## Mulheres na liderança e o comprometimento ambiental

Para Schmidt e Gomes (2020), mulheres que se destacam no movimento ambientalista são frequentemente desmerecidas em seus posicionamentos, pois enfrentam ambientes hostis dominados por homens, como os espaços políticos e científicos. Além disso, crenças culturais definem o lar como o lugar da mulher e apresentam a esfera política como um mundo masculino, acentuando o desafio de ocupar tais locais. Isso abala a autoconfiança das mulheres, desencorajando-as a se candidatarem a cargos na esfera pública e política, por exemplo (UN-HABITAT, 2008).

No entanto, a trajetória da participação feminina no debate político tem sido ascendente em alguns locais e coletado bons exemplos. Um estudo que analisou países como Holanda, Alemanha e Finlândia constatou que os chamados partidos verdes possuem predominância de membros do sexo feminino, em oposição às demais correntes partidárias (SCHMIDT; GOMES, 2020). Países com mais mulheres no congresso ou parlamento tendem a demarcar mais áreas naturais como protegidas e a ratificar tratados ambientais multilaterais (UNDP, 2016). Para Garikipati e Kambhampati (2020) *apud* Schmidt e Gomes (2020), dirigentes mulheres exibem maior preocupação diante de riscos e possuem estilos de liderança mais participativos e empáticos. Estudos compilados por UN-HABITAT (2008) também reforçam que países com mais participação feminina nos setores executivos possuem maior tendência a assinar acordos favoráveis ao meio ambiente.

## A participação feminina na ciência

Embora o meio científico busque ser neutro e imparcial, nele são refletidos de alguma forma muitos dos problemas encontrados na sociedade. Mello e Pedro (2019) expõem que “os problemas de gênero estão relacionados à cultura e ao *ethos* da ciência, pois o tipo de ciência e o pensamento que ela adota são influenciados pelas pessoas que a dominam” (MELLO; PEDRO, 2019, p. 137). A ciência é um campo fundamental para entender e buscar soluções para a crise climática, contudo, a comunidade científica ainda é bastante desigual. Dados de Elsevier (2020) demonstram que ainda há uma predominância masculina nas publicações acadêmicas em quase todas as regiões do globo. Essa predominância é mais discrepante em áreas como física e campos afins, mas também é observada nas ciências sociais.

Mulheres também costumam passar por mais invalidação de suas produções. Vega e Casagrande (2022) trazem que o movimento feminista entre as décadas de 1950 e 1970 passa a questionar a concepção de uma ciência universal e absoluta, indagando justamente a baixa representatividade de mulheres no meio científico. Será que as mulheres não estavam produzindo ciência ou, na verdade, não eram reconhecidas por seus feitos? Provocam as autoras.

Embora enfrentando uma gama de preconceitos e obstáculos, ao longo do tempo as mulheres foram ocupando mais espaço na ciência. Mello e Pedro (2019) citam associações internacionais que permitiram o crescimento da participação feminina no meio científico, como a *Association for Advancement of Women* (AAW), a *American Association for University Women*, a *American Association for the Advancement of Science* (AAAS) e a *Association of Women in Science* (AWIS). Grupos como esses possibilitam “um fortalecimento às mulheres cientistas, pois

são espaços que permitem discutir e refletir a sua participação na ciência” (MELLO; PEDRO, 2019, p. 135).

Estudos mais recentes verificaram que a participação feminina segue sub-representada em áreas da ciência e tecnologia (CT), como Koehler e Zancanaro (2025) que verificaram uma sub-representação de mulheres em eventos da área de tecnologia da informação. Vega e Casagrande (2022) complementam que, mesmo sendo maioria a se formar o ensino médio e entrar no ensino superior, há uma grande defasagem de mulheres em áreas da ciência ligadas a tecnologia, como engenharias e ciências exatas e da terra, o que demonstra o teto de vidro existente para as mulheres em determinadas áreas do conhecimento.

Pereira (2024) aponta para a necessidade dos incentivos para maior participação feminina na CT serem transversais, ou seja, com articulação entre múltiplas instituições. Programas governamentais, por exemplo, não podem ser fragmentados, pois isso não favorece o fortalecimento e a colaboração entre diferentes atores na busca pela efetividade das ações, neste caso, a inclusão de gênero.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### A presença de mulheres nos espaços de estudo e tomada de decisão sobre o clima no Brasil

No Brasil, a partir da década de 1990, (pós Rio-92), grupos e comissões foram criados visando a construção de uma agenda climática nacional. Em relatório desenvolvido por Galbiati e Campos (2021), vinculado ao Gênero e Clima, grupo associado à rede Observatório do Clima, foram levantados dados sobre a participação feminina nesses espaços federais de estudo, discussão e decisão da agenda climática brasileira. A pesquisa coletou dados da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC); Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM); Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx); Grupo de Trabalho de Adaptação (GT Adaptação); Rede Brasileira de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima); e Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC). Constatou-se que, exceto no GT Adaptação, predomina a participação masculina nos setores. À diferença dos demais grupos, o GT Adaptação tem seu trabalho mais voltado a problemáticas sociais, sendo o que se apresenta mais sensível às questões de gênero. Já os demais grupos mencionados tratam de temas mais técnicos relacionados ao clima, e estão conduzidos por uma maioria masculina.

Essa desigualdade de participação sugere a centralização histórica dos assuntos técnicos e científicos nos homens e das questões sociais e de vulnerabilidade nas mulheres, com consequências negativas para a igualdade de gênero e, possivelmente, para as políticas climáticas (GALBIATI; CAMPOS, 2021).

Para um entendimento mais aprofundado dos dados obtidos pelo relatório em questão, foi elaborada a Tabela 1, de autoria própria, com base nos estudos de Galbiati e Campos (2021). As análises das autoras foram feitas através de observações do número de pessoas presentes nas reuniões de cada grupo mencionado, no quadro de funcionários ou no quadro de pesquisadores vinculados. A participação de mulheres com poder de decisão não foi aplicável em

todas as análises, já que esta categoria foi vista apenas em reuniões onde os participantes eram divididos entre convidados e representantes, sendo os representantes aqueles com poder decisório dentro da pauta do grupo.

**Tabela 1** – Agrupamento de dados levantados pelo relatório 'Equidade de gênero nos espaços da governança climática federal'.

| Grupo        | Participação de mulheres | Participação de mulheres com poder de decisão |
|--------------|--------------------------|-----------------------------------------------|
| CIMGC        | 35%                      | 135 mulheres para 335 homens                  |
| CIM          | 10%                      | 2 mulheres para 14 homens                     |
| GEx          | 37%                      | 3 mulheres para 43 homens                     |
| GT Adaptação | 55%                      | não se aplica                                 |
| Rede Clima   | 28%                      | não se aplica                                 |
| FBMC         | 42%                      | não se aplica                                 |

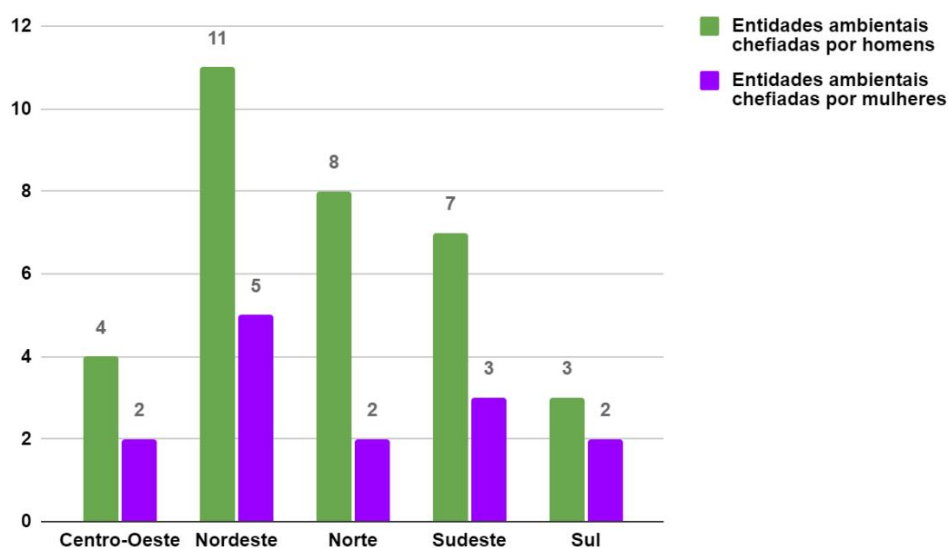
Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Galbiati e Campos (2021)

Outro ponto importante tocado pela pesquisa e sintetizado na Tabela 1 é que, na estrutura hierárquica destes grupos, as mulheres participam, geralmente, como convidadas, obtendo menor poder decisivo nas discussões. Galbiati e Campos (2021) ainda apontam que, mesmo tendo criado setores que tratam das mudanças climáticas já nos anos 1990, apenas em 2016 o Brasil trouxe a discussão sobre gênero para dentro da pauta, com o Plano Nacional de Adaptação, que abrange as mulheres dentro do grupo de populações vulneráveis aos efeitos do clima, mas não determina ações específicas para estas.

Combater as mudanças climáticas também é uma atribuição de governos estaduais e municipais. Dados de Brasil (2020) apontam que 21 estados brasileiros, além do Distrito Federal, possuem atos normativos específicos sobre mudanças climáticas. Representados por órgãos como secretarias de meio ambiente e outras instituições ambientais públicas (a considerar: fundações, superintendências, institutos, agências e companhias de meio ambiente), os estados brasileiros devem atuar localmente para mitigar impactos e buscar soluções dentro de seu território, em articulação com as políticas nacionais, cumprindo também as demandas do Acordo de Paris (BRASIL, 2020). Para facilitar a compreensão da leitura, denomina-se o conjunto das secretarias e demais instituições estaduais de meio ambiente como **entidades ambientais**.

No Brasil, as entidades ambientais são organizações que possuem uma estrutura e hierarquia parecidas, tendo sua chefia na figura de um(a) secretário(a), presidente ou diretor(a). Para entender como se dá a gestão destas entidades, em especial do que diz respeito a paridade de gênero, foi feito um levantamento das atuais chefias (considerando a gestão do início de 2023, onde houve a posse de novos governos estaduais). As informações foram obtidas por meio de dados publicados pela ABEMA, disponíveis no *website* da associação. Os resultados obtidos apontaram que, de 47 entidades ambientais no Brasil, 14 são chefiadas por mulheres, enquanto 33 são chefiadas por homens. Ao agrupar esses dados por regiões, verifica-se que a região mais desigual em termos de liderança das entidades ambientais – considerando o fator gênero – é a região norte, enquanto a menos desigual é a região sul, como pode ser verificado na Figura 1.

**Figura 1** – Gráfico mostrando as lideranças das entidades ambientais por gênero nas diferentes regiões do país.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de ABEMA (2023)

Os dados demonstram que a gestão das entidades ambientais é mais uma área onde as mulheres obtêm uma baixa representatividade. Por se tratar de cargos de liderança e tomada de decisão, com forte relevância para as políticas públicas brasileiras, essa lacuna pode gerar prejuízos para as populações em situação de vulnerabilidade para as mudanças climáticas. Em uma busca sobre os programas relacionados ao clima propostos pelos estados, segundo dados de Brasil (2020), não é mencionada nenhuma ação focada nas mulheres ou demais populações vulneráveis.

### Representatividade feminina na esfera das entidades ambientais estaduais brasileiras: uma análise a partir de entrevistas

Como mencionado em métodos, entrevistas foram conduzidas com mulheres ocupando cargos de gestão dentro de quatro secretarias de meio ambiente. Com as respostas para cada questão sintetizadas (tabela 2), realizou-se uma avaliação de tendência geral, classificando os resultados em três categorias: tendência positiva, quando mais de 50% das respostas indicaram um ambiente favorável à equidade de gênero; tendência negativa, quando menos de 50% apontaram aspectos positivos; e tendência neutra, quando as respostas se dividiram igualmente. Os resultados mostraram tendência positiva em quatro perguntas, negativa em uma e neutra em duas.

**Tabela 2** – Síntese das entrevistas realizadas com gestoras de entidades ambientais estaduais e as tendências para a equidade de gênero a partir das respostas.

| Pergunta                                                                                      | Síntese das respostas                                  | Tendência para a equidade de gênero |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Em termos gerais, como é para você ser uma mulher à frente de um órgão ambiental estadual? | 02 mencionam algum nível de desafio em estar no cargo. | Neutra                              |

| Pergunta                                                                                                                                                                                                | Síntese das respostas                                                                                                                                                                                                          | Tendência para a equidade de gênero |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
|                                                                                                                                                                                                         | 02 mencionam gratificação ou privilégio por ocupar o cargo.                                                                                                                                                                    |                                     |
| 2. Você considera que, no órgão que você chefia, mulheres e homens possuem a mesma influência nas tomadas de decisão?                                                                                   | 02 afirmam que sim.<br>02 apontam que há uma tendência para a influência nas decisões ser mais igualitária.                                                                                                                    | Positiva                            |
| 3. Além do seu cargo, como é a distribuição de gênero em outros cargos de liderança na sua instituição?                                                                                                 | Todas afirmam existir uma distribuição igualitária.                                                                                                                                                                            | Positiva                            |
| 4. Você enxerga que ao longo do tempo a distribuição dos cargos de liderança entre homens e mulheres teve alguma modificação?                                                                           | 03 afirmam sim e que a distribuição se tornou mais igualitária, mas que se trata de uma modificação que ocorreu recentemente.<br>01 não soube responder.                                                                       | Positiva                            |
| 5. No seu estado, existem políticas para as mudanças climáticas com foco nas mulheres e demais populações em situação de vulnerabilidade?                                                               | 03 afirmam que existe, mas falta execução, avanço ou clareza.<br>01 afirma que essa é uma pauta que está em desenvolvimento na instituição.                                                                                    | Negativa                            |
| 6. Na sua instituição, você nota algum tipo de resistência para a implementação de ações propostas por mulheres?                                                                                        | 02 delas afirmam que não.<br>01 afirma que não diretamente com ela, mas não esclarece em relação a outras mulheres da instituição.<br>01 afirma que sim, que há homens que questionam a liderança feminina em certos projetos. | Neutra                              |
| 7. Você acredita que a presença de mulheres na liderança da instituição trouxe benefícios e/ou mudou os olhares em relação às decisões tomadas (para as mudanças climáticas e meio ambiente num geral)? | Todas afirmam que sim, trouxe benefícios. Destaque para: busca de bem-estar; diálogo e comunicação com a sociedade; acolhimento para mulheres com filhos na instituição; capacidade de engajar pessoas em projetos.            | Positiva                            |

Fonte: Elaboração própria

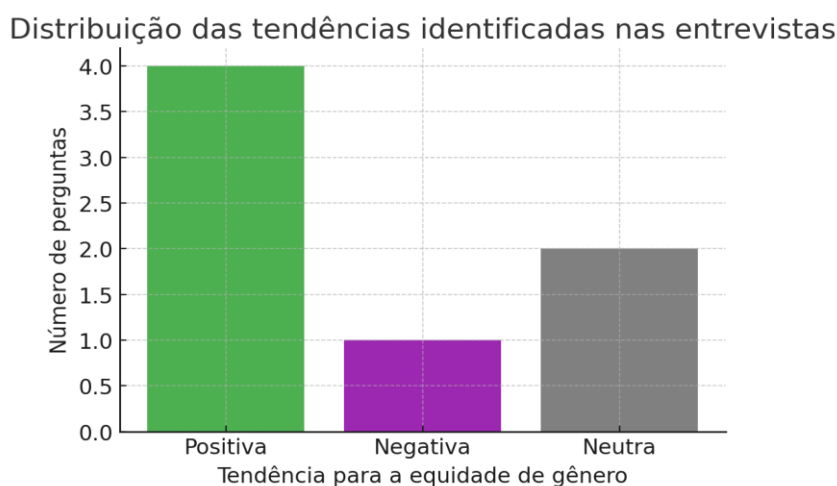
Embora haja uma maioria masculina na gestão das entidades de meio ambiente, aquelas que são geridas por mulheres sinalizam um ambiente positivo para a igualdade de gênero. No que diz respeito aos benefícios (pergunta 7), verificou-se especialmente mudanças na conduta e no tratamento com as pessoas, afirmando o que aponta Glass *et al.* (2016) sobre o traço de personalidade mais empático da mulher, que é atrelado às formas de socialização. Outras tendências positivas, como a distribuição de cargos e influência nas decisões (perguntas 2, 3 e 4), sinalizam mudanças que vem ocorrendo em um processo recente e gradual, que foi possível de ser identificado nas entrevistas ao se observar a estrutura das

entidades internamente, mas que acaba ainda não sendo refletido no padrão apresentado pelos dados gerais, quando analisa-se somente o topo da liderança das entidades. Isso remete a um fenômeno conhecido como *glass ceiling*, uma barreira aparentemente invisível que impede que mulheres avancem a certos níveis de liderança nas organizações, com base apenas no fator gênero (POWELL; BUTTERFIELD, 2015). Pesquisas notaram que, enquanto em diversos países a quantidade de mulheres em cargos de gestão crescia, mundialmente os cargos de topo de liderança continuavam sendo ocupados majoritariamente por homens (POWELL; BUTTERFIELD, 1994), fato semelhante ao encontrado no âmbito das entidades ambientais. Discriminação, preconceito e uma visão baseada em estereótipos são explicações para a barreira invisível encontrada por muitas mulheres ao longo de suas carreiras (POWELL; BUTTERFIELD, 2015). A presença de uma resistência a aceitar propostas encabeçadas por mulheres, apontada nas respostas (pergunta 6), também denota um machismo estrutural ainda presente nas organizações.

Apesar da percepção positiva sobre a presença de mulheres em cargos de liderança, a análise revela um cenário de otimismo cauteloso. Embora as entrevistadas sintam que há mais igualdade nas posições de chefia — uma mudança recente, mas bem-vinda —, a execução de políticas climáticas com foco em gênero ainda enfrenta desafios.

Essa divergência entre a percepção de influência e a falta de ação concreta nas políticas públicas demonstra a necessidade de se aprofundar no tema. A presença feminina nas lideranças traz benefícios claros, como maior diálogo e engajamento, mas a existência de resistências veladas aponta para barreiras que ainda precisam ser superadas. Em suma, os resultados reforçam que a participação das mulheres é um passo essencial para um desenvolvimento sustentável e justo, mas o caminho para uma equidade plena ainda requer avanço na prática.

**Figura 2** – Gráfico com a distribuição das perguntas conforme a tendência identificada para a equidade de gênero.



Fonte: Elaboração própria a partir da análise das entrevistas

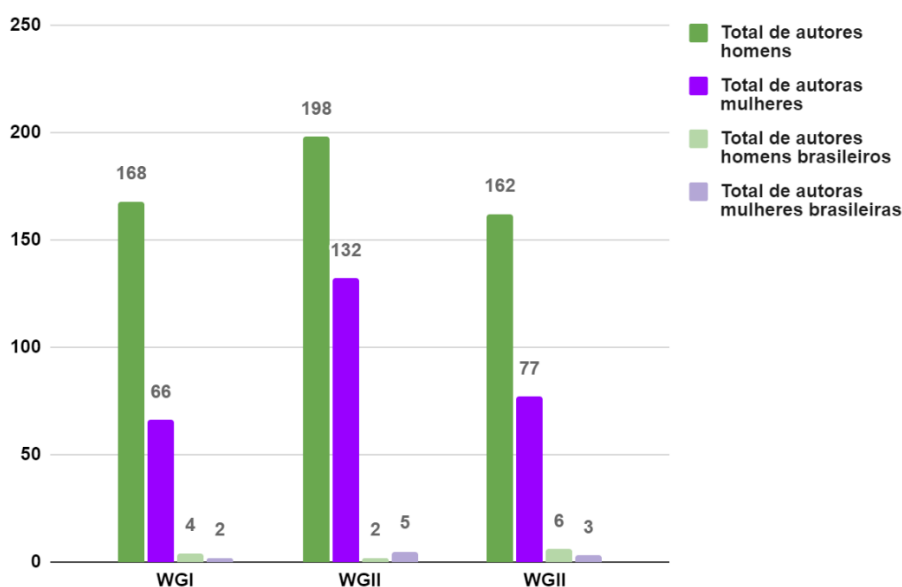
## Mulheres no IPCC: quem compõe o maior relatório científico sobre clima no mundo?

Mais do que provar empiricamente a existência de um aquecimento global, a ciência do clima hoje possui um novo papel. Para Beck e Mahony (2018), este papel é contribuir para a implementação e monitoramento de ações políticas para o clima. Nesse sentido, o IPCC ganhou status de autoridade na ciência do clima ao reunir tanto dados físicos quanto dados sociais da crise climática, tornando-se uma grande fonte de informações científicas e também um guia para propostas políticas mundo afora.

A fundação do IPCC data de 1988 e está vinculada ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e à Organização Meteorológica Mundial (WMO). Sua função é criar ciclos de análises sobre o estado de conhecimento a respeito das mudanças climáticas. O AR6 – sexta e atual edição destas análises – foi publicado no biênio de 2021-22, e agrupa um compilado de dados que abrangem diferentes frentes de estudo, sendo dividido em três principais seções, chamadas de *Working Groups* (Grupos de Trabalho). São eles o *Working Group I* (WGI), intitulado *The Physical Science Basis* (A Base da Ciência Física); o *Working Group II* (WGII), intitulado *Impacts, Adaptation and Vulnerability* (Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade); e o *Working Group III* (WGIII), intitulado *Mitigation of Climate Change* (Mitigação das Mudanças Climáticas). Cada grupo é composto por um conjunto internacional de cientistas voluntários, cuja candidatura é espontânea e o currículo analisado por representantes da organização do painel, o chamado *IPCC Bureau*. A cada novo ciclo de análises, um novo *bureau* é eleito (IPCC, 2022a).

O IPCC é composto por outros grupos de trabalho, que desenvolvem relatórios secundários e exercem funções de chefia ou administrativas dentro da organização. A presente pesquisa se dedicou a analisar a proporcionalidade entre homens e mulheres no WGI, WGII e WGIII, pois é onde está localizada a maior porção de autores responsáveis pelas publicações do AR6. Os dados, compilados em forma de gráfico na Figura 2, são fornecidos de forma pública pelo IPCC em seu próprio *website*.

**Figura 2** – Gráfico mostrando o número de autores em cada grupo de trabalho do AR6 (IPCC) por gênero.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de IPCC (2022b)

Mesmo o IPCC possuindo uma política de gênero, consolidada por meio da chamada *Gender Policy and Implementation Plan* (Política de Gênero e Plano de Implementação) e do *Gender Action Team* (Grupo de Ação de Gênero), a fração de mulheres autoras ainda não alcançou patamares de igualdade (IPCC, 2022a). É interessante observar que o WGI, que traz a maior disparidade de gênero, é o grupo que forma o relatório sobre a ciência física do clima, trazendo estudos mais atrelados à área das exatas. Enquanto o WGII e o WGIII pautam os impactos sociais e as ações de mitigação, que abrangem discussões associadas à área das ciências sociais e humanidades.

Essa maior discrepância no WGI reitera um padrão já observado na sociedade. Segundo a UNESCO (2018), somente 30% das mulheres que entram no ensino superior escolhem áreas de estudo dentro do campo das ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). Apesar de meninos e meninas serem apresentados ao mesmo currículo escolar, os estereótipos sociais influenciam as aspirações dos estudantes sobre a escolha de carreira. Ao longo da adolescência, descobriu-se que meninas estão mais propensas a perder o interesse por áreas das STEM do que meninos. Em relação a estudantes matriculados nos anos iniciais do ensino superior, foi observada nas ciências exatas um maior abandono de mulheres do que de homens.

Mas, o que faz com que haja desigualdades também em áreas das ciências sociais? De acordo com Elsevier (2020), apesar de haver uma tendência de maior participação das mulheres ao longo dos últimos anos, de modo geral, quando englobamos todas as áreas do conhecimento, há aproximadamente 20 mulheres para cada 100 homens dentro do escopo de autores ativos na área de pesquisa. Também foi observado que mulheres possuem, em geral, um número menor de publicações do que homens. Uma possível razão é que as mulheres são mais propensas a efetuar pausas na carreira, devido à necessidade de equilibrar vida profissional e pessoal e manter os cuidados com a família. Essas pausas tendem a reduzir a produtividade, e retomar o ritmo da pesquisa novamente pode ser difícil, especialmente quando não há estruturas de apoio nas instituições. Tal impacto nas

publicações pode gerar um efeito negativo na progressão da carreira de mulheres pesquisadoras (ELSEVIER, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de gênero na pauta, seja para dar visibilidade às mulheres em situação vulnerável, ou para aumentar a participação feminina nos espaços de decisão, não vem para reforçar uma disputa entre gêneros ou passar por cima de conhecimentos e habilidades técnicas em prol de uma simples paridade numérica. Pelo contrário, esta inclusão viabiliza que haja uma maior diversidade de visões, ideias e propostas de soluções para os efeitos nocivos das mudanças climáticas, incluindo os conhecimentos de mulheres e populações que, há gerações, possuem uma relação muito próxima com os recursos naturais de seus territórios. São ações que viabilizam o atingimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, de igualdade de gênero.

Com os dados expostos e discutidos nesta pesquisa, percebeu-se que, apesar dos obstáculos estruturais, as mulheres são fortes agentes de mudança e promovem significativas contribuições para o debate climático. Como sugerem os estudos apresentados, governos que reforçam a igualdade de gênero demonstram mais motivação para atuar de forma benéfica em relação às mudanças climáticas.

Além disso, o trabalho, contribui com a pauta ciência, tecnologia e sociedade ao introduzir no diálogo científico e tecnológico a importante pauta de representatividade de gênero, que nos últimos anos ganhou notória relevância na sociedade, mas ainda há muito o que se avançar para uma mudança significativa na sociedade. Mesmo em espaços que priorizam a equidade de gênero, como o IPCC, essa equidade ainda não é plenamente alcançada. Mulheres permanecem a margem devido à dificuldade de adentrarem em áreas acadêmicas e profissionais historicamente dirigidas por homens. Essa marginalização conversa com o debate central deste trabalho, que é a vulnerabilidade de populações femininas diante das mudanças climáticas. Em virtude do que foi aqui exposto, é possível dizer que, sem a representatividade das mulheres nos campos da CT, os interesses das populações mais vulneráveis serão menos representados nas ações de adaptação e mitigação.

É necessário que se elaborem estratégias a longo prazo, com recursos e suporte para as diversas populações em situação de vulnerabilidade. Promover a diversidade de gênero e a representatividade feminina nos espaços de estudo e tomada de decisão tem se demonstrado decisivo para consolidar essas estratégias.

Este trabalho, por fim, buscou trazer à tona os riscos que as populações vulneráveis, especialmente as mulheres, enfrentam devido aos efeitos das mudanças climáticas, questionando se, quem está a cargo das tomadas de decisões sobre a mitigação desses impactos está pensando em um contexto de gênero e planejando ações que visem a segurança destas mulheres e demais populações marginalizadas. Buscou-se, através das discussões contempladas, não colocar a mulher como mera vítima de uma circunstância, desprovida de agência ou reação. Pelo contrário, buscou-se trazê-la como um importante agente de transformação, seja em contextos formais, como espaços institucionais, ou informais, como dentro das comunidades. Espera-se que este trabalho amplie o interesse pelas temáticas da desigualdade de gênero e das mudanças climáticas, trazendo o olhar da inovação para a área socioambiental.

Como principais limitações desta pesquisa, mencionamos o fato de ser realizada com base em dados secundários, acesso a relatórios e trabalhos

científicos. Embora sejam documentos com rigor acadêmico e científico, a análise se limita aos dados apresentados pelos autores e instituições. Outra limitação é a falta de mais dados disponíveis sobre o assunto, sobretudo no Brasil e América Latina. Como sugestão, próximos trabalhos podem aprofundar o assunto trazendo outros recortes sociais, que também impactam a vida das mulheres e determinam sua situação perante as mudanças climáticas, como de raça e classe social, não esmiuçados no presente trabalho, mas que são de extrema relevância para o debate proposto.

## The situation of women facing the effects of climate change and their representativeness in spaces of research and decision-making

### ABSTRACT

Women are among the groups most affected by climate change and have little participation in study and decision-making groups, resulting in lower representation of their interests in specific policies. This study addressed women's situation in the face of the climate crisis and examined how gender influences the decisions regarding climate in leadership spaces. Methods included literature review, collection and organization of secondary data, and interviews with women in leadership positions. We concluded that female participation remains low in climate agenda institutions, but with some positive projections. Findings show that women tend to contribute significantly to the climate debate despite structural obstacles. Their participation in science, environment, and technology is essential for representing vulnerable populations, ensuring equitable and effective solutions for climate adaptation and mitigation.

**KEYWORDS:** Climate change. Gender diversity. Environment. Female leadership. Environmental policies

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

## REFERÊNCIAS

ABEMA. Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente. Associados. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.abema.org.br/associados>>. Acesso em: 30 jun. 2023

ÁVILA, D. A.; RIBEIRO, P. R. C. Gênero, mulheres, feminismos e meio ambiente: problematizações para a Educação Ambiental. In: 13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11, 2017, Florianópolis/SC. Anais. Florianópolis: UFSC, 2017.

BECK, S.; MAHONY, M. The IPCC and the new map of science and politics. WIREs Climate Change, Leipzig, v. 9, 2018. DOI 10.1002/wcc.547. Disponível em: <<https://wires.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/wcc.547>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

BEGNINI, T. R. M.; BORDIN, L.. Estudo diagnóstico sobre os problemas enfrentados por mulheres na periferia dos serviços de saneamento básico. Revista Tecnologia e Sociedade, v. 20, n. 62, pp. 145-162, 2025.

BRASIL. DECRETO Nº 9073, DE 5 DE JUNHO DE 2017. Promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016. Brasília, DF, junho 2017.

BRASIL. Como contribuir para criar e implementar políticas públicas sobre mudança do clima? Guia para estados e municípios. Brasília. SPIPA, 2020. 34 p.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Mulheres do campo, da floresta e das águas: dados. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/dados>>. Acesso em: 29 jun. 2022.

CELIBERTI, L. Diversidad y desigualdad: desafíos teóricos y prácticos a la conceptualización de los derechos humanos. In: FERRI, C.; CAMARDELO, A. M. P.; OLIVEIRA, M. Mulheres, desigualdade e meio ambiente. Caxias do Sul: EDUCS, 2017. p. 31-39. ISBN 978-85-7061-879-5.

ELSEVIER. The Researcher Journey Through a Gender Lens. 2020. 179 p. Disponível em: <[https://www.elsevier.com/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0011/1083971/Elsevier-gender-report-2020.pdf](https://www.elsevier.com/__data/assets/pdf_file/0011/1083971/Elsevier-gender-report-2020.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2022.

FEDERICI, S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019. 388 p. ISBN 978-85-93115-26-4.

FLEURY, L. C.; MIGUEL, J. C. H.; TADDEI, R. Mudanças climáticas, ciência e sociedade. *Sociologias*, 21(51), 2019, p. 18–42. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/15174522-0215101>>. Acesso em: 14 jun. 2023

GALBIATI, L. A.; CAMPOS, J. Equidade de gênero nos espaços de governança climática. *Observatório do Clima*, 2021. Disponível em: <[https://generoeclima.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/05/GTGC\\_Relatorio\\_Politicas-Climaticas.pdf](https://generoeclima.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/05/GTGC_Relatorio_Politicas-Climaticas.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2022.

GLASS, C.; COOK, A.; INGERSOLL, A. R. Do Women Leaders Promote Sustainability? Analyzing the Effect of Corporate Governance Composition on Environmental Performance. *Business Strategy and the Environment*, v. 25, p. 495-511, 2016.

HOLANDA, H. B. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 384 p. ISBN 978-85-69924-78-4.

IBGE. Censo Agropecuário: Tabela 6755 - Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, por tipologia, sexo do produtor, escolaridade do produtor, conclusão do curso que frequentou, cor ou raça do produtor e classe de idade do produtor. Brasil, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6755#resultado>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

IPCC. About the IPCC. Geneva, 2022a. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/about>> Acesso em: 29 jun. 2022.

IPCC. Authors. 2022b. Disponível em: <<https://apps.ipcc.ch/report/authors/>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

IPCC. Chapter 12: Central and South America. In: Castellanos, E. J. et al. *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press, 2022c. 181p.

IPCC. Summary for Policymakers. In: Pörtner H.-O. et al. *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press, 2022d. 35p.

IPCC. Technical Summary. In: Pathak, M. et al. *Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change. Contribution of Working Group III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press, 2022e. 181p.

KOEHLER, M. D.; ZANCANARO, A. A representação de gênero em congressos da Sociedade Brasileira de Computação (SBC): uma análise sobre o protagonismo feminino. *Rev. Tecnol. Soc.*, Curitiba, v. 21, n. 63, 2025. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/17779/10760>>. Acesso em: 08 set. 2025

KUHNEN, T. A. Conservação da natureza e manutenção do patriarcado: apontamentos ecofeministas. In: FERRI, C.; CAMARDELO, A. M. P.; OLIVEIRA, M. Mulheres, desigualdade e meio ambiente. Caxias do Sul: EDUCS, 2017. p. 73-92. ISBN 978-85-7061-879-5.

MARQUES, E. A. T.; OLIVEIRA, L. J. Mudanças climáticas no Nordeste Brasileiro e refugiados ambientais. Revista Brasileira de Geografia Física v.09, n.04, 2016, p. 965-984. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/viewFile/233696/27273>>. Acesso em: 14 jun. 2023

MELLO, K.; PEDRO, W. J. A. Gênero, ciência e tecnologia: as mulheres inventoras na Universidade Federal de São Carlos. R. Tecnol. Soc., Curitiba, v. 15, n. 36, p. 134-150, abr./jun. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/7811>>. Acesso em: 28 mai. 2023.

MENDONÇA, V.; GUERIN, M.; WOJCICHOSKI, N. S.; SALVAGNI, J. Mulheres camponesas: trabalho, produção alimentar e colonialismo na América Latina. In: CALGARO, C. (org.). Constitucionalismo e meio ambiente: conquistas e desafios na América Latina. 1. ed. Porto Alegre: Fênix, 2021. v. 1, cap. 57, p. 1129-1146. ISBN 978-65-87424-69-9.

PEREIRA, V. M.; FRANÇA, M. C. C. de C. CIÊNCIA É SIM COISA DE MULHER: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA. Revista Contemporânea, [S. l.], v. 4, n. 9, p. e5693, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N9-056. Disponível em: <<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/5693>> . Acesso em: 09 set. 2025.

PINTO, L. F. G. et al. Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil: O mapa da desigualdade. Sustentabilidade em Debate, no 10. Piracicaba, SP: Imaflora, 2020.

POWELL, G. N.; BUTTERFIELD, D. A. Investigating the 'glass ceiling' phenomenon: an empirical study of actual promotions to top management. Academy of Management Journal, v. 37, p. 68-86. 1994. doi: doi:10.2307/256770.

POWELL, G. N.; BUTTERFIELD, D. A. The glass ceiling: what have we learned 20 years on? Journal of Organizational Effectiveness: People and Performance, v. 2, n. 4, p. 306-326. 2015. doi:10.1108/joepp-09-2015-0032.

SCHMIDT, L.; GOMES, C. Mulheres e ambiente: Uma relação decisiva na transição para a sustentabilidade. Faces de Eva, n. 44, p. 65-87. Lisboa, Portugal, 2020.

TERRY, G. No climate justice without gender justice: an overview of the issues. Gender and Development, v. 17, n. 1, p. 5-18, 2009.

UNDP. Overview of linkages between gender and climate change. New York, 2016. 07 p.

UNESCO. Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). 1. ed. Brasília, 2018. 83 p. ISBN 978-85-7652-231-7.

UN-HABITAT. Gênero no governo local: manual de treinamento para capacitadores. 1. ed. Nairobi: Kenya, 2008. 135 p. ISBN 978-92-1-131974-3.

UNISDR. Sendai framework for disaster risk reduction: 2015-2030. Genebra: Suíça, 2015. 36 p. Disponível em: <[http://www.wcdrr.org/uploads/Sendai\\_Framework\\_for\\_Disaster\\_Risk\\_Reduction\\_2015-2030.pdf](http://www.wcdrr.org/uploads/Sendai_Framework_for_Disaster_Risk_Reduction_2015-2030.pdf)> Acesso em: 04 mai. 2022.

VEGA INCERTI, T.G.; CASAGRANDE, L.S. Brasileiras das ciências e tecnologias e as ciências e tecnologias das brasileiras. Rev. Tecnol. Soc., Curitiba, v. 18, n. 52, p. 206-226, jul./set., 2022. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/14478>>. Acesso em: 29 mai. 2023

WEART, S. R. The discovery of global warming. 1. ed. Cambridge, Londres: Harvard University Press, 2008. 230 p. ISBN 13: 978-0-674-03189-0.

**Recebido:** 25/04/2024  
**Aprovado:** 26/09/2025  
**DOI:** 10.3895/rts.v21n67.18486

**Como citar:**

RANZI, Thais Cristine; BOSSLE, Marília Bonzanini. A representatividade das mulheres nos espaços de estudo e tomada de decisão sobre meio ambiente e mudanças climáticas. **Rev. Tecnol. Soc.**, Curitiba, v. 21, n. 67, p.28-49, out./dez, 2025. Disponível em:

<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/18486>

Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

